



RELATÓRIO PRELIMINAR TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

| | | |
|-----------------------|----------|--|
| PROCESSO Nº | : | 238902/2015 |
| PRINCIPAL | : | Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECITEC/MT |
| CNPJ | : | 04.921.881/0001-34 |
| ASSUNTO | : | Tomada de Contas Especial referente aos Contratos nºs 027/2013 e 048/2013 |
| GESTOR | : | Luzia Helena Trovo Marques de Souza |
| RELATOR | : | Conselheiro José Carlos Novelli |
| EQUIPE TÉCNICA | : | Ednéia Rosendo da Silva – Auditor Público Externo Zeimar Maia de Arruda – Técnico de Controle Público Externo |

INTRODUÇÃO

Por meio do Ofício nº 117/SECITEC/2015 a Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, sr^a Luzia Helena Trovo Marques de Souza (Doc. Externo nº 238902 vol. 01 – fls. 01), encaminhou a este Tribunal o trabalho conclusivo da Comissão de Tomada de Contas Especial referente aos Contratos nº 027/2013 e 048/2013, em atendimento ao § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 269/2007 e Resolução Normativa nº 024/2014/TCE-MT.

Informa-se que essa Tomada de Contas Especial foi instaurada por iniciativa da própria Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação após Recomendações de algumas Medidas contidas no Relatório de Auditoria Especial nº 100/2013 da AGE/CGE-MT (Doc. Externo nº 238902 vol. 01 – fls. 14 a 35).

A Comissão de Tomada de Contas Especial foi instituída pela Portaria nº 072/2014/SECITEC/MT, publicada no Diário Oficial do Estado em 28/11/2014, em cumprimento às determinações da Portaria nº 048/2013/SECITEC (Doc. Externo nº 238902 vol. 01 – fls. 04 e 05).



ANÁLISE TÉCNICA

O Contrato nº 027/2013 (R\$1.439.999,64; vigência de 27/06/2013 a 26/08/2013 – Doc. Externo nº 238902 vol. 01 – fls. 72 a 91) e o de nº 048/2013 (R\$ 5.039.998,74; vigência 10/12/2013 a 09/07/2014 – Doc. Externo nº 238902 vol. 02 – fls. 93 a 113), ambos foram firmados com o Instituto de Desenvolvimento Humano de MT – IDH/MT, para contratação do seguinte Objeto: “Operacionalizar solução tecnológica integrada a uma rede de comunicação multiserviços capaz de romper o conceito de separação física, permitindo integração virtual, mediada pela tecnologia de comunicações, pela videoconferência e por sistemas interativos de colaboração, em até 200 salas de apoio presencial, distribuídas em até 141 municípios do Estado de Mato Grosso, para execução de programas de educação profissional, educação superior, capacitação, qualificação, campanhas de governo entre outros, incluindo o MT Preparatório, baseada em Ensino Presencial com Mediação Tecnológica, incluindo, entre outros, material permanente, alocação de mão-de-obra e fornecimento de materiais, conforme condições e especificações constantes neste contrato e no edital Pregão Presencial nº 015/2013/SAD do Estado de Mato Grosso e seus anexos.”

Observa-se que a partir do Relatório de Auditoria Especial nº 100/2013 da Auditoria Geral do Estado de Mato Grosso – AGE/CGE/MT, processo nº 508343/2014/AGE/CGE/MT, que demonstrou possíveis irregularidades no processo licitatório Pregão Presencial nº 015/2013, que originou a ARP nº 011/2013 e após adesões pela SECITEC/MT, os respectivos Contratos nº 027/2013 e 048/2013, bem como da Manifestação Técnica nº 01/2014/STI (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 01 – fls. 11 a 35), foi instaurado o processo administrativo nº 13254/2015/SECITEC pela Comissão de Tomada de Contas Especial, objetivando a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação dos danos que foram causados ao erário.

Neste Relatório de Auditoria Especial nº 100/2013 da AGE/CGE/MT constaram os seguintes apontamentos:

- **“3.1 – não há motivação do Gestor sobre os erros apontados pelo Parecer Jurídico nº 25/2013/SAG/SAD;**
- **3.2 – a competência para realizar a licitação é do CEPROMAT;**
- **3.3 – a contratação não possui licença SCM como um dos itens para qualificação**



técnica para realizar a prestação de serviços de telecomunicações;

- *3.4 – não há previsão no Edital e Contratos para subcontratação dos serviços de telecomunicação;*
- *3.5 – o Edital não indicou os cálculos de índice para verificação da boa situação financeira da empresa;*
- *3.6 – preços de serviços e alocação de equipamentos acima de mercado e falta de justificativa de sua composição;*
- *3.7 – preços de serviços do Pregão 015/2013 e Contrato nº 027/2013/SECITEC versus Contrato 01/2012 do Estado do Piauí;*
- *3.8 – os equipamentos do estúdio são de propriedade da empresa VAT Tecnologia e Equipamentos de Comunicação de Link são da FUNDETEC;*
- *3.9 – sobre pagamentos dos serviços de manutenção e remanejamento de antenas VSAT e kits sala de aula.”*

No Item 4 – Considerações Finais – do Relatório de Auditoria Especial nº 100/2013 da AGE/CGE/MT, constaram várias Medidas a serem tomadas pelo Gestor da SECITEC/MT, conforme transcreve-se a seguir:

“Diante dos problemas encontrados na auditoria especial do contrato, recomendamos as seguintes medidas:

- 1) Que a ATA 015/2013/SAD não seja renovada após seu período de vigência e que se abra, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração, uma nova licitação para os serviços de IP.TV;***
- 2) Caso haja continuidade na transmissão televisiva, que seja buscado junto a empresa que presta o serviço de IP.TV repactuação, nos itens 4, 5, 6, 8, 9, e 10 referente ao lote da ATA 015/2013/SAD e seus possíveis contratos, buscando melhoria no preço praticado e em conformidade com a alínea 5.9 da ATA 015/2013/SAD;***
- 3) Que o gestor, na elaboração da licitação, verifique também os valores em termos relativos, ou seja, o Custo Unitário do Serviço, principalmente aqueles que envolvam manutenção e remanejamento;***
- 4) Que o Gestor abra um procedimento administrativo com intuito de ressarcimento aos valores ao Estado nas prestações dos serviços referentes***



aos itens 1, 2, 4, 9 e 11-1 pelos motivos expostos nos itens 3.8 – “Sobre Alocação de Equipamentos de Estúdio e Link” e 3.9 - “Pagamentos dos Serviços de Manutenção e Remanejamentos de antenas e kits sala de aula” do relatório. (grifo nosso);

- 5) Que os pagamentos de manutenção e remanejamentos de equipamentos sejam feitos pelo custo unitário e juntado com cada ordem de serviço emitida e atendida e que seja especificado com mais detalhes a ordem de serviço para ver qual o item do lote 1 ou 2 será feita o cálculo;***
- 6) Que o fiscal do contrato solicite a contratante o relatório de atividades para acompanhamento e execução do serviço, principalmente para os processos de pagamentos;***
- 7) Que Informatizem as Ordens de Serviços para controle, transparência e facilitação do trabalho do fiscal de contrato;***
- 8) Que o IDH-MT justifique os preços praticados, demonstrando a composição detalhada dos custos de equipamentos e sua instalação, serviços de manutenção, remanejamento e corretiva de kits de sala de aula e antenas bidirecionais (VSAT), operação de estúdio para veiculação das aulas e link de comunicação dedicado;***
- 9) Que a SECITEC avalie o custo de aquisição completa dos equipamentos do estúdio e treinamento de seu pessoal, comparando-o com o valor cobrado mensalmente pela contratada para execução dos serviços correlatos, identificando qual o melhor custo-benefício”.***

A fim de instruir o processo administrativo, a Comissão de Tomada de Contas Especial, em cumprimento ao princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, notificou por meio do Ofício nº 012/2015/CTCE, de 04/05/2015, o Presidente do IDH/MT para apresentar justificativas ou resolução de pendências na sua prestação de contas (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 03 – fls. 10 e 11).

Em 19/05/2015, o Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso – IDH/MT encaminhou os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Tomada de Contas Especial, conforme cópia de documento enviado à Presidente da TCE (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 03 – fls. 17 a 35).

Consta também nos autos um Relatório Diagnóstico, data de 25/08/2014, da Comissão instituída pelo Gestor da SECITEC/MT à época, como responsável pela



fiscalização da execução dos serviços prestados referentes aos Contratos nº 027/2013 e 048/2013 pelo IDH/MT, com objetivo de elucidar sobre os questionamentos do Relatório de Auditoria Especial nº 0100/2013-AGE/MT (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 03 – fls. 37 a 52).

No Doc. Externo nº 238902/2015 volumes 03 a 07, constam ainda: Anexos I e II – cópias de algumas Ordens de Serviços para os Contratos nº 027/2013 e 048/2013 emitidas pelo Gestor desses Contratos, designado por Portarias da SECITEC/MT, ao IDH/MT, referentes a prestação dos serviços relativos aos seus Objetos; e-mails trocados pelo Gestor dos Contratos com várias Escolas Estaduais, sediadas no Estado de Mato Grosso. Anexo III – cópias dos Relatórios das Atividades desenvolvidas nesses Contratos, emitidos pelo IDH/MT e também vários slides com fotos das Aulas realizadas.

A Comissão elaborou o Relatório Final sobre os fatos apurados no processo de Tomada de Contas Especial, **concluindo** que houve omissão no dever de prestar contas e não comprovação da aplicação dos recursos públicos repassados pelo Estado causando **dano ao Erário no valor atualizado de R\$ 1.632.607,06**, em 01/10/2015, incluídos os rendimentos com base na Portaria nº 131/2015/SEFAZ que divulgou os coeficientes de atualização monetária aplicáveis aos débitos fiscais, tendo como responsável o srº Paulo Vitor Borges Portella, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Humano – IDH/MT (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 05 a 10).

Seguindo a instrução processual, a Comissão enviou o Termo de Encerramento do respectivo processo para a Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, srª Luzia Helena Trovo Marques de Souza, que realizou a remessa da finalização desse trabalho à Controladoria Geral do Estado – CGE/MT, conforme Ofício nº 093/2015/COCF/SECITEC (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 12 a 14).

A Controladoria-Geral do Estado – CGE/MT, por sua vez, emitiu o Parecer nº 0719/2015 (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 16 a 23), a respeito dos aspectos formais do processo de Tomada de Contas Especial instaurada pela SECITEC/MT, constatando os seguintes pontos:

“1 – referente à instauração da TCE, faltam declarações dos membros da comissão da Tomada de Contas Especial indicando que não estão impedidos;

2 – referente à caracterização do dano, considerando que os fatos envolvem também o acompanhamento da execução contratual, a comissão da TCE não se manifestou sobre a



possibilidade, ou não, de responsabilização dos servidores envolvidos na gestão/fiscalização dos contratos;

3 – referente ao desenvolvimento da TCE, a comissão da TCE ainda não executou a fase de notificação do responsável para que ele pague ou apresente defesa. Somente depois de concluída essa fase, o processo seria remetido a esta CGE para parecer;

4 – no que diz respeito ao prazo de 120 dias para execução da fase interna da Tomada de Contas Especial, o qual inclui também o prazo para a emissão do parecer do órgão central de controle interno, ele foi consumido integralmente e exclusivamente pela comissão processante da TCE analisada.”

A CGE/MT entendeu, em conformidade ao parágrafo único do art. 10 da Resolução Normativa nº 24/2014 TCE/MT, que os pontos elencados podem ser saneados, devolvendo o processo à Autoridade competente para as medidas cabíveis, segundo determina o art. 11 da mesma norma legal, e sugeriu o posterior envio ao TCE/MT.

Pôde-se observar que a Comissão dessa TCE tomou as providências necessárias para atender os apontamentos da CGE/MT, conforme demonstra-se:

- Declaração assinada pelos Membros da Comissão de Tomada de Contas Especial de que não possuem envolvimento com os fatos apurados ou interesse no resultado do processo 13254/2015 (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 25);
- Publicação da Portaria nº 055/2015 SECITEC/MT, de 17/8/2015, concedendo mais 120 dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 26);
- Ofícios da Presidente da Comissão de TCE, data de 02/09/2015, notificando os Fiscais dos Contratos nº 027/2013 e 048/2013 a apresentarem justificativas ou resolução das pendências apontadas nos respectivos termos (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 27 a 38);
- Ofício nº 019/2015/CTCE, data de 28/08/2015, da Presidente da Comissão de TCE, notificando o Presidente do IDH-MT a efetuar a devolução dos recursos pagos, tendo em vista a não comprovação dos serviços executados (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 39 a 42);
- Solicitação do Presidente do IDH/MT à Comissão de TCE de cópia integral dos autos do Processo Administrativo nº 13254/2015, em 10/09/2015 (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 43);



– Solicitação dos Fiscais dos contratos, senhores Waldevino Souza e Antônio Cândido da Silva Filho, à Comissão, de cópia integral dos autos da TCE; Ofício nº 01/2015 do srº Wantuil José Carvalho Silva, Presidente da Comissão responsável pela fiscalização dos contratos nº 027/2013 e 048/2013, objetos desta TCE e Defesa dos senhores Waldevino Ferreira Casseano de Souza e Antônio Cândido da Silva Filho (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 44 a 61).

Após tomadas as providências, a Comissão responsável por esta TCE elaborou uma Retificação do Relatório Final expondo várias considerações que embasaram a conclusão do seu trabalho, em 1º de outubro de 2015, **ratificando o dano ao erário no valor de R\$ 1.632.607,06** e a responsabilização do srº Paulo Vitor Borges Portella, Presidente do IDH/MT (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 62 a 69), conforme transcreve-se:

“RETIFICAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

I - INTRODUÇÃO

*Trata-se o presente de instauração de Tomada de Contas Especial para cumprir a determinação da Portaria nº 72/2014/SECITEC/MT, publicado no Diário Oficial de 28 de novembro de 2014, e portarias 013/2015 publicado no Diário Oficial de 23 de março de 2015 e portarias 039/2015 publicado no Diário Oficial de 26 de junho de 2015, e portaria 055/2015, publicada no Diário Oficial de 28 de agosto de 2015 para apuração de possíveis danos ao erário em decorrência das irregularidades apontadas, nos **Termos do Relatório de Auditoria nº 0100/2013/AGE**, cujo teor se transcreve parcialmente:*

“O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, e, tendo em vista o que dispõe o artigo 13, da Lei Complementar nº 269/2007 e o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução nº 014/2007,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar a Comissão de Tomada de Contas Especial com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos referente aos CONTRATOS 027/2013 E 048/2013...”

O presente processo de instauração de Tomada de Contas Especial refere-se aos Contratos nºs. 027/2013 e 048/2013, firmados entre a Secretaria de Estado de



Ciência e Tecnologia - SECITEC, e o Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH, cujo Objeto trata-se de “Contratação de empresa especializada para Operacionalização e racionalização de solução tecnológica integrada a uma rede de comunicação multiserviços capaz de romper o conceito de separação física, permitindo integração virtual, mediada pela tecnologia de comunicações, pela vídeo conferência, e por sistemas interativos de colaboração, em até 200 salas de apoio presencial, distribuídas em até 141 municípios, do Estado de Mato Grosso, para execução de programas de educação profissional, educação superior, capacitação, qualificação, campanhas de governo entre outros, incluindo o MT Preparatório - baseada em ensino presencial com mediação tecnológica associada a ferramentas de TV Digital interativa IP, vídeo conferência multiponto, incluindo, entre outros, material permanente, alocação de mão de obra e fornecimento de materiais”, foram repassados pela contratante os valores de R\$ 1.439.999,64 (Um Milhão quatrocentos e trinta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos) referente ao Contrato nº 027/2013 que cumpriu sua vigência de dois meses e R\$ 1.319.999,67 (Um Milhão, trezentos e dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos) referente aos meses de dezembro e janeiro do Contrato nº 048/2013 que foi rescindido no mês de maio de 2013 .

Considerando que a contratada subcontratou serviços de telecomunicação, mesmo não havendo previsão no edital e nos contratos e nem mesmo autorização da administração para tanto.

Considerando que a contratada subcontratou equipamentos para funcionamento do estúdio de gravação e transmissão das aulas, necessários para execução dos itens 4, 9 e 11-1 do lote dos contratos 027/2013/SECITEC e 048/2013/SECITEC, mesmo não havendo previsão no edital, nos contratos, nem havendo autorização da administração e tão pouco comprovante de dispêndio (aluguel ou comodato) com terceiros nos processos de pagamentos.

Considerando o Valor por ordem de serviço dos Itens 1 e 2 do contrato 027/2013/SECITEC durante toda vigência, conforme a tabela 1:



| Item dos contratos | Valor do serviço mensal contratado. | Quantidade de manutenções mensais contratadas. | Valor por manutenção contratada. |
|---------------------------|--|---|---|
| 027/2013 | | | |
| 1 | R\$ 116.620,00 | 200 | R\$ 583,10 |
| 2 | R\$ 40.222,00 | 200 | R\$ 201,11 |

Tabela 1.

Considerando o Valor por ordem de serviço dos Itens 1 e 2 do contrato 048/2013/SECITEC e que o valor cobrado no primeiro pagamento referente ao período de 10 de dezembro de 2013 até 9 de janeiro de 2014 foi 16,666666% menor que o normal, e que percentualmente o item 1 representa 16,197225% do pagamento do período e que o item 2 representa 5,586389% do pagamento do período, conforme tabela 2:

| Item dos contratos | Valor do serviço mensal contratado no período entre dezembro/2013 e janeiro/2014. | Quantidade de manutenções mensais contratadas. | Valor por manutenção contratada. |
|---------------------------|--|---|---|
| 048/2013 | | | |
| 1 | R\$ 97.183,33 | 200 | R\$ 485,91 |
| 2 | R\$ 33.518,33 | 200 | R\$ 167,59 |

Tabela 2.

Considerando o Valor por ordem de serviço dos Itens 1 e 2 do contrato 048/2013/SECITEC, durante o período de 10 de janeiro de 2014 até 09 de fevereiro de 2014 conforme tabela 3:



| Item dos contratos | Valor do serviço mensal contratado. | Quantidade de manutenções mensais contratadas. | Valor por manutenção contratada. |
|--------------------|-------------------------------------|--|----------------------------------|
| 048/2013 | | | |
| 1 | R\$ 116.620,00 | 200 | R\$ 583,10 |
| 2 | R\$ 40.222,00 | 200 | R\$ 201,11 |

Tabela 3.

Considerando que a contratada somente apresentou 28 ordens de serviço das 400 (quatrocentas) ordens de serviço necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 1 do lote do contrato 027/2013/SECITEC.

Considerando que a contratada somente apresentou 22 ordens de serviço das 400 (quatrocentas) ordens de serviço necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 2 do lote do contrato 027/2013/SECITEC.

Considerando que a contratada somente apresentou 9 ordens de serviço das 200 (duzentas) ordens de serviço necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 1 do lote do contrato 048/2013/SECITEC no período de 10 dezembro de 2013 até 09 de janeiro de 2014.

Considerando que a contratada somente apresentou 3 ordens de serviço das 200 (duzentas) ordens de serviço necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC no período de 10 dezembro de 2013 até 09 de janeiro de 2014.

Considerando que a contratada somente apresentou 1 ordem de serviço das 200 (duzentas) ordens de serviço necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 1 do lote do contrato 048/2013/SECITEC no período de 10 de janeiro de 2014 até 09 de fevereiro de 2014.

Considerando que a contratada somente apresentou 2 ordens de serviço das 200 (duzentas) ordens de serviço necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC no período de 10 de janeiro de 2014 até 09 de fevereiro de 2014.

Considerando as Portarias nº 056/2013/SECITEC e 093/2013/SECITEC que



designam os servidores Wantuil José Carvalho Silva, matrícula 32129 - Presidente, Antonio Cândido da Silva Filho, matrícula 225658 e Waldivino Ferreira Casseano de Souza, matrícula 48737 como Fiscais dos **Contratos nºs. 027/2013/SECITEC e 048/2013/SECITEC**, cujo teor se transcreve parcialmente:

"O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Complementar nº. 151 de 08 de janeiro de 2004, considerando a lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Resolve: Art 1º - Designar os Servidores abaixo descritos, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato 027/2013 firmado entre o Estado de Mato Grosso por meio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECITEC e o empresa Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso.

Wantuil José Carvalho Silva, matrícula 32129 - Presidente

Antonio Cândido da Silva Filho, matrícula 225658

Waldivino Ferreira Casseano de Souza, matrícula 48737

Contrato nº. 027/2013".

"O SECRETARIO DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Complementar nº. 151 de 08 de janeiro de 2004, considerando a lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 21 de junho de 1993, Resolve: Art. 1º - Designar os Servidores abaixo descritos, para serem Fiscais do contrato abaixo relacionados, firmado entre o Estado de Mato Grosso por meio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECITEC e a empresa Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso, fazendo o acompanhamento e fiscalização do mesmo.

Wantuil José Carvalho Silva, matrícula 32129 - Presidente

Antonio Cândido da Silva Filho, matrícula 225658

Waldivino Ferreira Casseano de Souza, matrícula 48737

Contrato nº. 048/2013"

Esta Comissão de Tomada de Contas Especial, que fora instituída por meio



da Portaria 72/2014/SECITEC/MT, reuniu-se para iniciar os trabalhos e estabelecer as principais prioridades da Comissão conforme Ata de Instauração, visando o cumprimento das determinações fixadas pelo Tribunal de contas do Estado.

II - RELATÓRIO

O presente processo de Tomada de Contas Especial é composto de:

- I. Portaria 072/2014 de Instauração de Comissão de Tomada de Contas;*
- II. Ata de Instalação da Tomada de Contas Especial;*
- III. 1º Termo de Juntada.*
- IV. 2º Termo de Juntada*

III - CONCLUSÃO

O processo de Tomada de Contas Especial é instaurado com o objetivo de constatar a ocorrência de determinados fatos, tais como: omissão no dever de prestar contas; não comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere; ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário.

Na análise dos fatos, verifica-se que durante a vigência do contrato 027/2013/SECITEC foram efetuados dois pagamentos de R\$ 719.999,82 (setecentos e dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), totalizando R\$ 1.439.999,64. (Um milhão quatrocentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos) que foram repassados pelo Estado de Mato Grosso ao Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH, nas datas de 07/08/2013 e 04/09/2013, como constam os faturamentos fl. 37 sob o protocolo 312451/2013 e no sistema fiplan pelas nob's 26101.0001.13002779-7 e 26101.0001.13.003231-6 (fls.136/167). Do total pago, R\$ 342.917,16 (Trezentos e quarenta e dois mil novecentos e dezessete reais e dezesseis centavos) destinaram-se ao pagamento dos serviços dos itens 4, 9 e 11-1 do lote do contrato 027/2013/SECITEC



que representaram 23,813697% do valor total e R\$ 313.684,00 (Trezentos e treze mil seiscentos e oitenta e quatro reais) destinaram-se ao pagamento dos serviços dos itens 1 e 2 do lote do contrato 027/2013/SECITEC, e representaram 21,783616% do valor total.

Verifica-se também que no contrato 048/2013/SECITEC foram efetuados dois pagamentos, um de R\$ 599.999,85 (Quinhentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) "valor 16,666666% menor que o normal cobrado mensalmente", referente aos serviços contratados de 10 dezembro de 2013 até 09 de janeiro de 2014 e outro pagamento de R\$ 719.999,82 (setecentos e dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), referente aos serviços contratados de 10 de janeiro de 2014 até 09 de fevereiro de 2014, totalizando R\$ 1.319.999,67 (Um milhão trezentos e dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos) repassados pelo Estado de Mato Grosso, ao Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH, nas datas de 16/10/2014 e 07/03/2014, como constam os faturamentos fl. 171 sob o protocolo 639742/2013 e no sistema fiplan pelas nob's 26101.0001.14008330-4, e 26101.0001.14000300-9 (fls. 269/194). Do total do primeiro pagamento R\$ 142.882,15 (Cento e quarenta e dois mil oitocentos e oitenta e dois reais e quinze centavos) destinaram-se ao pagamento dos serviços dos itens 4, 9 e 11-1 do lote do contrato 048/2013/SECITEC, R\$ 130.701,66 (Cento e trinta mil setecentos e um reais e sessenta e seis centavos) destinaram-se ao pagamento dos serviços dos itens 1 e 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC. Do total do segundo pagamento R\$ 171.458,58 (Cento e setenta e um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) destinaram-se ao pagamento dos serviços dos itens 4, 9 e 11-1 do lote do contrato 048/2013/SECITEC, R\$ 156.842,00 (Cento e cinquenta e seis mil oitocentos e quarenta e dois reais) destinaram-se ao pagamento dos serviços dos itens 1 e 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC. A soma dos pagamentos dos serviços dos itens 4, 9 e 11-1 do lote do contrato 048/2013/SECITEC resultaram em R\$ 314.340,73 (Trezentos e quatorze mil e trezentos e quarenta reais e setenta e três centavos), que representaram 23,813697% do valor total pago e a soma dos pagamentos dos serviços dos itens 1 e 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC resultaram em R\$ 287.543,66 (Duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e seis centavos) destinaram-se ao pagamento dos serviços dos itens 1 e 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC e representaram 21,783616% do valor total pago.



Considerando a falta de comprovantes de dispêndio e autorização para subcontratação para execução dos serviços dos itens 4, 9 e 11-1 do lote dos contratos 027/2013 e 048/2013 e a falta das ordens de serviços mensais que comprovariam a execução dos serviços dos itens 1 e 2 do lote dos contratos 027/2013 e 048/2013 e que até a presente data não foram sanadas completamente; restando ainda serem comprovados:

a) Autorização da Administração para subcontratação de serviços de telecomunicação e de equipamentos, comprovação de dispêndio com subcontratação de serviços de telecomunicação e de equipamentos para funcionamento do estúdio de gravação e transmissão das aulas, necessários para execução dos itens 4, 9 e 11-1 do lote dos contratos 027/2013/SECITEC, no valor de R\$ 342.917,16 (Trezentos e quarenta e dois mil novecentos e dezessete reais e dezesseis centavos).

b) Autorização da Administração para subcontratação de serviços de telecomunicação e de equipamentos, comprovação de dispêndio com subcontratação de serviços de telecomunicação e de equipamentos para funcionamento do estúdio de gravação e transmissão das aulas, necessários para execução dos itens 4, 9 e 11-1 do lote dos contratos 048/2013/SECITEC, no valor de R\$ 314.340,73 (Trezentos e quatorze mil e trezentos e quarenta reais e setenta e três centavos).

c) Apresentação de 372 (trezentas e setenta e duas) ordens de serviços necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 1 do lote do contrato 027/2013/SECITEC, no valor de R\$ 216.913,20 (Duzentos e dezesseis mil e novecentos e treze reais e vinte centavos).

d) Apresentação de 378 (trezentas e setenta e oito) ordens de serviços necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 2 do lote do contrato 027/2013/SECITEC, no valor de R\$ 76.019,58 (Setenta e seis mil e dezenove reais e cinquenta e oito centavos).

e) Apresentação de 191 (cento e noventa e uma) ordens de serviços



necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 1 do lote do contrato 048/2013/SECITEC, no período de 10 dezembro de 2013 até 09 de janeiro de 2014, no valor de R\$ 92.808,81 (Noventa e dois mil e oitocentos e oito reais e oitenta e um centavos).

f) Apresentação de 197 (cento e noventa e sete) ordens de serviços necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC, no período de 10 dezembro de 2013 até 09 de janeiro de 2014, no valor de R\$ 33.015,23 (Trinta e três mil e quinze reais e vinte e três centavos).

g) Apresentação de 199 (cento e noventa e nove) ordens de serviços necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 1 do lote do contrato 048/2013/SECITEC, no período 10 de janeiro de 2014 até 09 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 116.036,90 (Cento e dezesseis mil e trinta e seis reais e noventa centavos).

h) Apresentação de 198 (cento e noventa e oito) ordens de serviços necessárias para comprovação da realização do serviço contratado referente ao item 2 do lote do contrato 048/2013/SECITEC no período 10 de janeiro de 2014 até 09 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 39.819,78 (Trinta e nove mil e oitocentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).

Considerando a omissão no dever de prestar contas e a não comprovação da aplicação dos recursos públicos repassados pelo Estado.

Considerando que foram cumpridos os princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, e que foi concedido o prazo de 15 (quinze) dias a contar do acuse de recebimento do ofício de pedido de esclarecimentos, para que os fiscais dos contratos apresentassem justificativa ou resolução quanto as pendências apontadas nos Contratos nº 027/2013/SECITEC e nº 048/2013/SECITEC.

Considerando que o Sr. Wantuil José Carvalho Silva, matrícula 32129 - Presidente, não encaminhou ofício solicitando vistas do processo nº 13254/2015 e que entregou ofício de resposta no 14º (décimo quarto) dia contados a partir do acuse de



recebimento do ofício de pedido de esclarecimentos, mas que não justificou a contento as pendências apontadas nos Contratos nº 027/2013/SECITEC e nº 048/2013/SECITEC.

Considerando que o Sr. Waldivino Ferreira Casseano de Souza, matrícula 48737, requereu cópia reprográfica integral dos autos do processo nº 13254/2015 e entregou ofício de resposta no 20º (vigésimo) dia contados a partir do acuse de recebimento do ofício de pedido de esclarecimentos, desta forma fora do prazo concedido para resposta e sem a procuração ad judícia para advogada Claudete M. Vieira que assina o documento.

Considerando que o Sr. Antonio Cândido da Silva Filho, matrícula 225658, requereu cópia reprográfica integral dos autos do processo nº 13254/2015 e entregou ofício de resposta no 16º (décimo sexto) dia contados a partir do acuse de recebimento do ofício de pedido de esclarecimentos, desta forma fora do prazo concedido para resposta e sem a procuração ad judícia para advogada Claudete M. Vieira que assina o documento.

Considerando que foram cumpridos os princípios do Contraditório e da Ampla Defesa e que foi concedido prazo de 15 (quinze) dias a contar do acuse de recebimento do Ofício, para que o Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH se manifestasse sobre a devolução dos recursos pagos, tendo em vista a não comprovação dos serviços executados.

Considerando que o Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH, na pessoa do Sr. Paulo Vitor Borges Portella requereu cópia reprográfica integral dos autos do processo nº 13254/2015, mas que até a presente data não houve manifestação quanto a devolução dos recursos pagos.

*Concluimos pelo dano ao Erário, tendo como responsável, o Sr. Paulo Vitor Borges Portella, presidente do **Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH**, no valor atualizado, incluídos os rendimentos, com base na Portaria N° 131/2015-SEFAZ, que divulgou os coeficientes de atualização monetária aplicáveis aos débitos fiscais o valor de **R\$ 1.632.607,06 (um milhão, seiscentos se trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e seis centavos)**, conforme tabela em anexo:*



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefone: (65) 3613-7681

e-mail: gab.novelli@tce.mt.gov.br

| Valor Glosado | Atualização Monetária | Juros | Total |
|--|------------------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| R\$ 171.458,58 | $171.458,58 * 1,1159 = 191.330,63$ | $191.330,63 * 23\% = 44.006,05$ | R\$ 235.336,68 |
| R\$ 171.458,58 | $171.458,58 * 1,1144 = 191.073,44$ | $191.073,44 * 22\% = 42.036,15$ | R\$ 233.109,59 |
| R\$ 142.882,15 | $142.882,15 * 1,1159 = 159.442,19$ | $159.442,19 * 23\% = 36.671,70$ | R\$ 196.113,89 |
| R\$ 171.458,58 | $171.458,58 * 1,1144 = 191.073,44$ | $191.073,44 * 22\% = 42.036,15$ | R\$ 233.109,59 |
| R\$ 216.913,20 | $216.913,20 * 1,1144 = 241.728,07$ | $241.728,07 * 22\% = 53.180,18$ | R\$ 294.908,25 |
| R\$ 76.019,58 | $76.019,58 * 1,1144 = 84.716,22$ | $241.728,07 * 22\% = 53.180,18$ | R\$ 103.353,78 |
| R\$ 92.808,81 | $92.808,81 * 1,0728 = 99.565,29$ | $99.565,29 * 16\% = 15.930,45$ | R\$ 115.495,74 |
| R\$ 33.015,23 | $33.015,23 * 1,0728 = 35.418,74$ | $35.418,74 * 16\% = 5.667,00$ | R\$ 41.085,74 |
| R\$ 116.036,90 | $116.036,90 * 1,0601 = 123.010,72$ | $123.010,72 * 9\% = 11.070,96$ | R\$ 134.081,68 |
| R\$ 39.819,78 | $39.819,78 * 1,0601 = 42.212,95$ | $42.212,95 * 9\% = 3.799,17$ | R\$ 46.012,12 |
| TOTAL DO DANO AO ERÁRIO CORRIGIDO | | | R\$ 1.632.607,06 |

Cuiabá, 01 de outubro de 2015.

Fabiana Vilacian

FABIANA PEREIRA VILACIAN – Presidente

Maria Raimunda Fonseca Rezende

MARIA RAIMUNDA FONSECA REZENDE – MEMBRO

Hugo Freiria Salvador

HUGO FREIRIA SALVADOR - MEMBRO



Posteriormente à finalização do trabalho pela Comissão da TCE, a Gestora da Pasta, sr^a Luzia Helena Trovo Marques de Souza, expediu o Termo de Homologação do processo em questão, encaminhando os autos para este Tribunal para julgamento final (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 70 e 71).

CONCLUSÃO

Ante a análise técnica exposta constatou-se que a Comissão emitiu o Relatório Final dessa TCE, porém no Parecer nº 0719/2015 da CGE/MT houve questionamentos de alguns pontos, que após devolução à mesma foram saneados. Com isso, foi emitido um novo Relatório Final Retificado, apresentado acima.

Ao considerar a conclusão final dessa Comissão de Tomada de Contas Especial e sua homologação, respectivos documentos, o Parecer da CGE/MT, bem como os comandos contidos na Resolução Normativa nº 24/2014/TCE-MT, que objetivou apurar as possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos referentes aos Contratos nº 027/2013 e 048/2013, celebrados entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECITEC/MT e o Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso – IDH/MT, a Gestora encaminhou a este Tribunal para julgamento final.

Observa-se que a Comissão que realizou essa TCE após citações de pontos não comprovados e considerações elencadas, concluiu pelo dano ao Erário no **valor original de R\$ 1.231.871,39, atualizado na data de 01/10/2015 para o valor de R\$ 1.632.607,06**, atribuindo **total responsabilidade ao IDH/MT**, representado pelo seu **Presidente srº Paulo Vitor Borges Portella**, conforme dados a seguir:

| | |
|---------------|---|
| Empresa | Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH/MT |
| CNPJ | 05.901.977/0001-01 |
| Endereço | Av. Vereador Jorge Witzak nº 26, Cristo Rei, Várzea Grande – MT |
| Representante | Paulo Vitor Borges Portella |
| Contato | (65) 3682-3848 / 99677-4203 / 98425-7963 |

Ressalta-se que a análise desta Equipe Técnica se deu exclusivamente pelos documentos digitais constantes nos arquivos do Documento Externo nº 238902, volumes 01 a 08, sendo que alguns deles se apresentam ilegíveis, fora de ordem, outros



foram citados mas não constam neste processo, o que não possibilitou uma análise objetiva e precisa, dos atos e documentos que instruíram essa TCE pela Comissão responsável, **gerando com isso alguns questionamentos a serem considerados e esclarecidos**, antes da conclusão final pela responsabilização integral do ressarcimento desse dano causado ao Erário, no valor de R\$ 1.632.607,06, atribuída apenas ao Presidente do IDH/MT – srº Paulo Vitor Borges Portella.

Entende-se que devem ser esclarecidos os seguintes pontos:

- 1) Nos Contratos nº 027/2013 e 048/2013, constam em ambos a **Cláusula 12ª – Das Disposições Gerais**, que diz o seguinte: *“Subitem 12.3.3 – Será permitido a subcontratação parcial do objeto do Contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa contratada, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e consequente garantia”*. Considerando isso, a Comissão responsável por esta TCE deve esclarecer **o porquê dos apontamentos a e b** na conclusão do seu Relatório que informou a falta de autorizações para subcontratações dos Objetos dos Contratos;
- 2) Quanto a Defesa apresentada pelos senhores Waldevino Ferreira Casseano de Souza e Antônio Cândido da Silva Filho, ambos designados como Fiscais por Portarias dos Contratos de nº 027/2013 e 048/2013, afirmando que não praticaram nenhum ato administrativo relativo às Gestões e à fiscalização desses Contratos, portanto não devem ser responsabilizados (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 47 a 61), não há nenhuma análise da Comissão validando ou não essa informação, o que se faz necessário, uma vez que a mesma teve acesso a todos documentos dos processos em análise, citados nessa TCE;
- 3) Quanto a informação do srº Wantuil José Carvalho Silva, Presidente da Comissão responsável pela fiscalização dos Contratos de nº 027/2013 e 048/2013, o fato de ter sido exonerado em 01/2015, não o isenta de responder pelos atos praticados na atribuição de Fiscal desses Contratos, uma vez que o Relatório de Diagnóstico (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 37 a 52), demonstrou que o mesmo atuava como Fiscal e acompanhava a execução dos mesmos, sendo assim cabe a Comissão da TCE informar quanto a essa atuação, se há alguma responsabilidade a ser imputada a ele, já que no papel de Fiscal atestou os pagamentos



questionados e apontados como dano ao Erário;

- 4) Conforme exposto nesta análise a CGE/MT, emitiu o Parecer nº 0719/2015 (Doc. Externo nº 238902/2015 vol. 08 – fls. 16 a 23), a respeito dos aspectos formais do processo de Tomada de Contas Especial, apontando pontos passíveis de saneamento. Porém, considerando o valor significativo informado como dano ao Erário, entende-se que após a retificação final do Relatório Conclusivo da Comissão dessa TCE **deve constar também um Parecer da CGE/MT que analise além dos aspectos formais, os aspectos materiais relevantes** que respaldam principalmente a conclusão pelos valores que devem haver ressarcimento ao Estado de Mato Grosso;
- 5) **Não consta manifestação do srº Rafael Bello Bastos**, Gestor da SECITEC/MT à época, período de 06/2013 a 05/2014, uma vez que esses Contratos foram firmados e executados durante sua Gestão como Secretário daquela Pasta;
- 6) **Não consta Defesa ou ressarcimento** do valor apontado como dano ao Erário causado pelo IDH/MT, representado pelo seu Presidente – Paulo Vitor Borges Portella.

Ante esses questionamentos a serem esclarecidos, entende-se que a atual **Gestora da SECITEC/MT** deve ser notificada para providenciar o seguinte:

- Junto à **Comissão desta TCE** os esclarecimentos e as justificativas questionados nos Itens 01 a 03 e também o **Parecer conclusivo da CGE/MT** – Item 04;
- Requisitar manifestação sobre os Objetos desta TCE, ao **srº Rafael Bello Bastos**, Gestor da SECITEC/MT à época da celebração, vigências e execuções dos Contratos nº 027/2013 e 048/2013, ou seja, período de 06/2013 a 05/2014, em que os mesmos causaram o referido dano ao Erário como concluído pela Comissão responsável por esta TCE – Item 05;
- Oportunizar novamente ao **Presidente do Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso – IDH/MT, srº Paulo Vitor Borges Portella**, apresentação de Defesa ou ressarcimento do dano ao Erário no valor que lhe foi imputado, conforme informação da Comissão desta TCE, observando que quando desse ressarcimento o valor em questão deve ser atualizado, pois o valor apontado foi atualizado apenas até a data de 01/10/2015 – Item 06.



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefone: (65) 3613-7681

e-mail: gab.novelli@tce.mt.gov.br

É a informação desta Equipe Técnica, que submete-se à apreciação Superior e providências cabíveis.

Secretaria de Controle Externo da Primeira Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá – MT, 14 de setembro de 2016.

Ednéia Rosendo da Silva

Auditor Público Externo

Zeimar Maia de Arruda

Técnico de Controle Público Externo